

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

Cacey Bowen Farnsworth, *Atlantic Crossroads in Lisbon's New Golden Age, 1668-1750*. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2024.

João Paulo Oliveira e Costa
(NOVA/FCSH-CHAM)

Dado à estampa no ano transacto, este livro oferece um retrato vivo da cidade de Lisboa durante os governos de D. Pedro II (r.1683-1706), desde que assumiu a regência, em 1667, e de D. João V (r. 1706-1750) – um longo período de quase um século em que a cidade se tornou definitivamente na área fixa de residência da família real e em que Portugal se reorganizou e reestruturou, após o final da Guerra da Restauração. Os limites cronológicos desta obra coincidem com os do volume VII da *Nova História de Portugal*, colecção dirigida por Joel Serrão e por A. H. de Oliveira Marques. Esse sétimo volume, publicado em 2001, tinha por título *Portugal, da paz da Restauração ao ouro do Brasil* e foi coordenado por Avelino Freitas de Meneses, que, na apresentação do volume afirmou que, nesses oito decénios, “ressalta cada vez mais a prioridade do Além-Mar, que até converte a metrópole numa espécie de prisioneira do Brasil, em contradição com o sistema colonial mais vulgar”. (9) É sabido, pois, que o Portugal do final de Seiscentos e da centúria setecentista foi uma entidade atlântica de matriz euro-afro-americana, em que tanto as elites como a plebe circulavam facilmente, como se percebe pelo facto de em 1750, o secretário de estado que coadjuvava o rei D. João V, Alexandre de Gusmão, ser originário de Santos,

no Brasil. Com a descoberta das minas de ouro e de diamantes, o Brasil desenvolveu-se extraordinariamente ao longo do século XVIII, e a área sul-americana subordinada aos oficiais da coroa portuguesa cresceu desmesuradamente, assim como a sua população subiu de umas centenas de milhares de indivíduos para uns cinco milhões em menos de um século. Consequentemente, o peso económico e político do território americano sobrepôs-se fatalmente ao do espaço europeu, como bem explicou Avelino Freitas de Meneses. Portugal logrou manter os seus domínios sul-americanos, em grande medida, devido à eficácia da sua aliança com a Inglaterra e ao apoio que esta lhe prestou na segurança das rotas oceânicas em troca de amplas vantagens comerciais.

Estas dinâmicas foram agora analisadas de novo por Cacey Bowen Farnsworth com o foco apontado especificamente à cidade de Lisboa, numa obra que revisita competentemente as fontes primárias, especialmente os periódicos da época. Na sua análise, dividida em cinco capítulos, a autora começa por observar a população lisboeta para realçar o seu carácter único no seio da Europa, pelo elevado número de habitantes de origem africana, fossem escravizados vindos directamente de África, ou chegados a Portugal através do Brasil, fossem libertos, filhos de casais africanos, ou mulatos de parentalidades variadas, que se entranhavam no corpo da cidade, difundindo os seus hábitos e crenças ancestrais, fossem novos tipos de dança e de musicalidade, fossem novas devoções oriundas dos animismos, que chegaram a incomodar a Inquisição, como é referido no capítulo 3, sobretudo a propósito da popularidade das bolsas de mandinga. Ao mesmo tempo que acrescentavam elementos afro-americanos ao quotidiano e ao espírito da cidade europeia, esta massa indistinta de humanos trazidos à força para Portugal também absorvia traços da civilização europeia e da cultura portuguesa. Como é notado, o número de cativos vindos de África era então diminuto e também não chegavam muitos do Brasil, salvo os que circulavam com os seus senhores. A autora estima que, em 1650, a população lisboeta de origem africana atingiria os 20%, mas apenas 6% eram escravizados, (20) num processo de assimilação que prosseguiria, por via de

casamentos e uniões interétnicas, e que levaria ao quase total desaparecimento de população negra no território metropolitano no final do século XIX. É bem realçado o exemplo das confrarias, pois tanto existiam algumas só de negros, como outras interétnicas e, em vários casos, à devoção do santo patrono acrescentavam-se discretamente devoções a divindades africanas. (29-30) Realça-se ainda a mobilidade social que podia alcandorar indivíduos mestiços à dignidade de cavaleiros da Ordem de Cristo, (28) ou a capacidade reivindicativa, quando mulheres negras se manifestaram contra um novo imposto e lograram ser recebidas pela rainha, que escutou as suas reivindicações. (24) Estas dinâmicas entrecruzadas de europeização dos não-europeus e de africanização com alguma influência americana dos europeus, criaram, de facto, uma cidade com características únicas, o que leva a autora a concluir que Lisboa não era necessariamente europeia – “era atlântica”. (38) Uma afirmação pertinente, mas que me parece insuficiente para explicar a Lisboa barroca, pois mais do que atlântica, Lisboa era uma cidade tropical, levando mesmo diversos visitantes a pôr em causa o seu carácter europeu. (28) Voltarei ao assunto adiante.

No segundo e quarto capítulos, a autora foca-se na dimensão económica da cidade e o protagonismo pertence naturalmente aos ingleses. Embora seja realçada repetidamente a supremacia inglesa nesta relação e a enorme vantagem adquirida pela economia inglesa ao absorver uma parte significativa da riqueza gerada pelo império português, também é referida amiúde a capacidade dos portugueses em impor a sua vontade e os seus interesses e o segundo capítulo é rematado com a constatação de que Lisboa era uma “peça vital” para ambos os projectos imperiais; (68) mais adiante, é salientado, por exemplo, que o Tratado de Methuen contribuiu para que o défice comercial português com a Inglaterra diminuísse. (111) Cacey Farnsworth destaca com muita pertinência a maior particularidade desta relação anglo-portuguesa pelo facto de se tratar de uma ligação então rara entre católicos e protestantes. Na realidade, o casamento do rei Charles II com D. Catarina de Bragança, sem que esta tivesse de abandonar a sua Fé, tinha sido o mote para uma relação pragmática

entre duas nações que reconheciam a importância de serem aliadas desde a segunda metade do século XIV. No capítulo 3, centrado na religiosidade e no papel da Inquisição, vemos que a par dos cristãos-novos e dos “feiticeiros” de origem africana, os hereges também foram alvo da Inquisição, o que representou um dos pontos de tensão sobre a comunidade inglesa. Apesar destas perturbações, como o facto de só em 1717, os ingleses disporem de um cemitério em Lisboa, (60) ou a de uma animosidade latente entre as classes populares, sempre prontas para reacear e afrontar os estrangeiros e para alimentar boatos como o de que os hereges queriam levar o ouro, (51) as comunidades inglesas em Lisboa e no Porto cresceram ao longo deste período e a interacção económica também.

No capítulo 4, a autora aborda a incapacidade de Portugal criar uma indústria manufatureira por causa da dificuldade em competir eficazmente contra a grande capacidade exportadora de roupas e chapéus de ingleses e franceses, mas reconhece que em face da riqueza obtida no Brasil, pragmaticamente “Portugal trocou consistentemente benefícios económicos pela segurança do império”. (112) Ao abordar o comércio externo português, é sempre realçada a fragilidade das exportações quando comparadas com as importações, mas há pelo menos duas dinâmicas exportadoras que não são contabilizadas e que, pela sua omissão, mostram um cenário mais difícil do que foi na realidade. Por um lado, não há uma palavra sobre a exportação de sal, que foi o ouro branco dos portugueses desde as origens do reino, pois tinha uma enorme procura por todas as nações do Atlântico Norte, incluindo as escandinavas. Por outro, a referência às centenas de navios que escalavam o Tejo não é acompanhada por uma simples estimativa das enormes receitas geradas pelo apoio a esses navios, fosse em víveres para as tripulações fosse em materiais para reparações. Tratava-se, aliás, de uma receita que se espalhava até vilas e aldeias situadas a muitas léguas do estuário do Tejo, mas que eram essenciais para o bom funcionamento do porto internacional de Lisboa.

No derradeiro capítulo, a autora analisa a dimensão cultural da cidade e, especialmente, do rei D. João V. Começa estranhamente com

uma citação de um viajante suíço que considerou o monarca como sendo “completamente desprovido de cultura”, (123) o que é uma contradição face a tudo o que diz a seguir e com a própria conclusão do capítulo, em que a autora considera o rei como um monarca progressista que amava a ciência e a aprendizagem. (155) Neste capítulo, podemos vislumbrar a cidade que D. João V enriqueceu com novos edifícios e equipamentos e, nesta matéria, confirma, o que eu próprio escrevi recentemente,¹ mostrando um Portugal totalmente integrado na cultura europeia, pois “na era joanina a arquitectura portuguesa estava de novo a par da italiana” (136) e fica claro que a riqueza vinda da América foi usada para reforçar a dimensão puramente europeia da Lisboa barroca. (136-150)

Depois de cinco capítulos densos e extensos, profusamente justificados por uma anotação criteriosa, a autora remata a sua obra com uma breve conclusão que não só é suficiente, mas também espelha a própria história da Lisboa barroca, que se desfez num ápice no dia 1 de novembro de 1755.

A leitura deste livro proporciona, assim, um retrato vivo da capital de Portugal num tempo de mudança e afirmação, em que o país se tornou numa raríssima entidade intercontinental, o que leva a autora a enfatizar a ideia de que o período em análise é um período de atlantização de Lisboa. Ora esta ideia, na minha opinião, explica de modo insuficiente o quadro magnífico que é traçado ao longo do livro, o que se deve à falta de uma visão da História do Atlântico com maior amplitude cronológica, por um lado, e a uma aparente inadequação conceptual, por outro.

Note-se, pois, em primeiro lugar que a relevância do Atlântico na economia portuguesa, e na identidade de Lisboa, ao contrário do que a autora afirma persistentemente, não começou no século XVII. Lisboa foi fundada por navegadores fenícios, como o terminal das suas rotas mediterrânicas, mas depois, no seio do Império Romano, tornou-se, pela primeira vez, uma interface entre o mundo

1. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Portugal na História. Uma Identidade*. Lisboa: Temas & Debates, 2022, 165-234.

mediterrânico e o norte atlântico. A desagregação do Império Romano do Ocidente diminuiu esse papel, mas quando se formou o reino de Portugal e Lisboa foi conquistada definitivamente, em 1147, a ligação ao Atlântico foi uma dinâmica vital da independência lusa. A exportação do sal e do vinho para o Norte remonta ao século XII, e as alianças matrimoniais extra-peninsulares da família real portuguesa fizeram-se inicialmente com a Dinamarca, a Flandres e os condados franceses. A partir do século XIV, Lisboa retomou o seu papel de placa giratória central da linha costeira europeia. Ou seja, o Atlântico fazia parte da sua alma, e assim continuou quando se iniciou a expansão marítima dos portugueses, mesmo depois de terem aberto a rota do Cabo, que ligou Lisboa à Índia. Com efeito, as riquezas vindas da Ásia eram vultuosas, mas exigiam investimentos enormes para sustentar dezenas de grandes navios com as suas tripulações. Na segunda metade do século XV e na primeira do XVI foi o Atlântico que permitiu o processo de centralização régia iniciado por D. Afonso V e consolidado pelos seus sucessores, através dos rendimentos excepcionais do ouro da Mina, mais o açúcar e os impostos sobre o comércio de escravizados.² É verdade que entre 1688 e 1750, a economia portuguesa era essencialmente atlântica, mas os fumos da Índia nunca retiraram protagonismo ao Atlântico como fonte de riqueza para as finanças públicas portuguesas. Aliás, quando é referido que o absolutismo de D. João V foi possibilitado pelo crescimento da dependência do ouro do Atlântico, o mesmo se pode dizer a propósito do século XV e XVI, como se vê pelo facto de que os reis do ouro, especialmente D. Manuel I (r. 1495-1521) e D. João III (r. 1521-1557), só terem convocado cortes, a partir de 1499, para legitimar os seus herdeiros, à semelhança do que sucedeu com D. Pedro II e D. João V.

Finalmente, parece-me que a excelente demonstração do carácter único de Lisboa neste período carece de uma visão mais certa, pois definir a cidade como profundamente atlântica não realça, como expliquei, a conjuntura específica deste tempo do barroco. O que distingue este período é o de ter sido então uma cidade de sabor tropical,

2. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*. Lisboa, Temas & Debates, 2007.

pois a atlantização que fazia os visitantes duvidar do carácter europeu da cidade vinha toda dos trópicos. A africanização tão bem estudada no primeiro capítulo do livro não se explica com o conceito de Atlântico, até porque as civilizações africanas relacionavam-se pouco com o oceano; a Lisboa atlântica foi, como se percebe por este livro, uma Lisboa tropical.